

A VIDA E A OBRA DE MARIA MONTESSORI: a inclusão e a discriminação das crianças

Rosa Maria Maia Gouvêa Esteves¹
Luciana Rosa Oliveira²
Natanieli Dias²
Rosane Costa de Paiva Oliveira²

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve biografia a respeito da vida e obra de Maria Montessori, médica e educadora que revolucionou a educação a partir de seu método de ensino, denominado Método Montessoriano. Relata-se o cenário da época, assim como eram os encaminhamentos relativos à inclusão de pessoas com deficiências, e qual era o contexto de discriminação das crianças, na aquele período. Maria Montessori acreditava que todas as crianças aprendiam, porém, cada uma no seu tempo e ritmo de aprendizagem. A pesquisadora se dedicou a investigação sobre as crianças comprometidas cognitivamente e a elaboração de materiais para atendimento às crianças com deficiências. Neste estudo sinaliza-se o *bullying*, que as crianças comprometidas, psicologicamente, sofriam por parte da sociedade. Percebeu-se também, a educação inclusiva presente no ensino montessoriano, desde de sua filosofia, organização e estruturação dos ambientes e dos materiais escolares, construídos para atender as diferentes fases do desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

Palavras-chave: Método Montessoriano. Discriminação. Inclusão.

¹ Doutoranda em Educação na linha de Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Educacionais – ESA e Mestre em Educação – UFRJ. Professora Curso Pedagogia AEDB – rosamag@globo.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo bibliográfico visou apropriar-se a respeito da vida e obra de Maria Montessori para entendimento de seus achados científicos sobre o desenvolvimento infantil, mas particularmente, suas pesquisas ressaltaram, que as crianças que possuíam retardo na aprendizagem estavam relacionadas à falta de estímulo para conquistarem avanços nas diferentes etapas do conhecimento. Foi de vital importância o caminho percorrido pela educadora, que ressalta a importância da primeira infância, como etapa decisiva para as crianças.

Assim, a educadora criou e aplicou uma metodologia própria com o uso materiais didáticos para que as crianças pudessem desenvolver competências e habilidades nas diferentes áreas do desenvolvimento humano. À medida que suas pesquisas evoluíram, foi convidada para ser inspetora geral da educação da Itália, afastando-se, quando da ascensão do regime fascista de Mussolini, que contrariavam seus princípios. Montessori foi uma mulher à frente da sua época. Quebrou muitas convenções sociais que existiam na sociedade em que vivia. Teve que transpor diversas barreiras para alcançar seus sonhos e objetivos na carreira e na vida pessoal.

2. REVISÃO DA LITERATURA

1. VIDA E TRAJETÓRIA

De acordo com Brito e Cavalcante (2014) Maria Montessori nasceu em 31 de agosto de 1870, em Chiravalle, na província de Ancona, situada no norte da Itália. Filha única de um casal de classe média (Alessandro Stoppani e Renilde Stoppani) desde pequena apresentava grande interesse pelas ciências. Durante sua adolescência transferiu-se com a família para Roma, onde formou-se em Ciências Contábeis. Anos depois, mesmo diante de uma grande resistência de seus familiares ao escolher uma profissão tida até então como “de homens”, Montessori conseguiu matricular-se na Universidade de Roma no qual cursou a faculdade de medicina.

Graduou-se no ano de 1884, tornando-se a primeira mulher médica da Itália. Por meio de observações clínicas em sua prática como médica, a pesquisadora italiana decide estudar e

² Alunas do 2º de Curso de Pedagogia AEDB

aprofundar seus conhecimentos, ao direcionar sua carreira para a Psiquiatria. Formada, Montessori recebe um convite para trabalhar como assistente em um hospital chamado San Giovanni e ao mesmo tempo, em uma Clínica Psiquiátrica de Sciamanna com médicos renomados dentre eles: Sante De Sanctis, considerado pai da neuropsiquiatria italiana e Giuseppe Montessano; com que veio a ter um filho chamado Mário M. Montessori. Ocasão em que desenvolveu, interesse especial pelos deficientes mentais e por meio deste trabalho, conheceu e se interessou pelas obras de Jean Itard e Edouard Séguin; que serviram de base para desenvolver seu próprio método de ensino denominado Método Montessoriano.

Figura 1 - Maria Montessori



Fonte: <https://citacoes.in/autores/maria-montessori/>

Maria decidiu fazer psiquiatria e nesta fase de sua vida, inicia seu contato com crianças especiais. A partir de então, depois de anos de observação sobre o comportamento destas crianças e de como a nova psiquiatria da época lidava com as mesmas, percebeu que este não era o seu caminho, por entender que as crianças não podiam ser tratadas, como se não tivessem o entendimento do mundo que a cerca, como um objeto simplesmente a ser moldado. Seu caminho era o do amor, o do humano, a da psicologia a favor da criança como ser especial e único. Sua proposta era ver a criança não como uma miniatura de um adulto, mas conhecê-la, respeitá-la na sua forma natural, ver sua alma de criança. Daí nasce a Montessori pedagoga!

Segundo Feitoza e Ramos (2010), no século XVIII, iniciou-se a criação de escolas públicas patrocinadas e controladas pelo Estado. O governo italiano inaugurou uma nova

política escolar em que instituiu escolas estaduais seculares de graus diferentes e um magistrado "especial" responsável pelo acompanhamento contra uma possível interferência das ordens religiosas na matéria, tomando por base os princípios da Revolução Francesa deve ter ensino primário público, obrigatório e gratuito, secular e baseada na transmissão de competências profissionais úteis, com conteúdos verificáveis e métodos racionais.

Os primeiros programas de educação foram aprovados em 1860, incluindo entre os temas centrais a religião e procurava assegurar a alfabetização cultural básica para toda população. Em 1867, os programas foram submetidos a uma análise inicial em que se nota uma profunda crise entre a Igreja e o Estado. E assim, a educação religiosa começa a perder espaço para a educação cívica.

Em 1904, a lei Orlando, prolonga a escolaridade obrigatória até ao décimo segundo ano de idade. Essa Lei impõe aos municípios a criação de escolas, pelo menos até a quarta série, não somente à assistência aos alunos mais pobres, mas também, na distribuição de fundos para municípios com orçamentos modestos. Os principais pontos de discussão propostos foram a reforma do Ensino Médio e a questão da religião católica no Ensino Fundamental.

Feitoza e Ramos (2010) comentaram sobre a Reforma Gentile, que se deu em 1923. No tocante à escola média o sistema se bifurcava em: numa primeira via que direcionava o jovem a continuar os seus estudos nas escolas superiores para obter qualificações acadêmicas válidas; e em outra via, levava o aluno diretamente, depois de três anos, ao mundo do trabalho, sem permitir a continuação dos estudos em nível superior. Esta reforma estabelecia também a obrigação do estudo até os 14 anos de idade. Os programas do primário estabeleciam o ensino da religião católica, a menos que solicitado dispensa, e valorizavam o canto, o desenho, as tradições folclóricas. Houve também um aumento relativo dos dialetos italianos, mas certa censura as minorias linguísticas.

A Constituição italiana de 1948 estabelecia uma educação pública, gratuita e obrigatória por pelo menos oito anos. Consagrava a liberdade de estabelecer escolas "sem custos para o Estado", ou seja, particulares, mas o que se percebeu é que as crianças comprometidas, não recebiam nenhuma atenção, fato que será evidenciado por alguns precursores em pesquisas posteriormente.

Conforme Silvestrin (2012), Séguin foi um dos precursores na educação para os indivíduos com doenças mentais, sua proposta desenvolvia a autonomia dos alunos, diante de um cenário em que a sociedade interligava deficiência à dependência. A marca do seu trabalho foi a valorização da construção do cognitivo, na interação social com outras crianças com

deficiência e suas práticas adotadas. Tomando por base o que Séguin realiza, a médica Montessori vislumbra inspiração para métodos pedagógicos inovares.

É importante frisar que no decorrer de estudos e pesquisas sobre pessoas que precisavam de um atendimento especial, Séguin e seus antecessores foram desbravadores, frente a um cenário, em que não havia avanços e muito preconceitos para com as pessoas ditas “anormais”. Graças a sua crença, existem métodos pedagógicos, reconhecidos até hoje. A autora Silvestrin (2010, p.16) acrescenta:

isso acontece, pois os deficientes físicos e os mentais, após a superstição e a perseguição da igreja católica e protestante, foram considerados um “problema” médico e por isso deveriam ser enviados a instituições e hospitais para que fossem estudados por médicos em busca de uma “cura”.

Por muito tempo persistiu a ideia que as pessoas com algum comprometimento deveriam ser banidas e tratadas como incapazes, improdutivas e que não poderiam frequentar à escola.

2. A DISCRIMINAÇÃO DAS CRIANÇAS DAS PERIFERIAS

A discriminação era muito acirrada com as crianças menos favorecidas não tinham oportunidade de estudar, e aquelas que conseguiam chegar à escola eram discriminadas, pois viviam à margem da sociedade, em comunidades carentes, em condições precárias de higiene e salubridade. A primeira discriminação que sofriam era por sua origem social, e se tinham algum comprometimento, estavam fadados a ficarem fora do sistema educacional.

Durante a história, as pessoas com deficiência eram rejeitadas pela sociedade e não havia uma educação pautada no desenvolvimento intelectual. Nas sociedades sempre existiram pessoas que por algum motivo (deficiência auditiva, visual, física e intelectual ou modo de agir ou pensar) chamaram a atenção por serem diferentes e por esse motivo eram segregados ou escondidos.

[...] em todas as épocas, o meio social identificou, por algum critério, indivíduos que possuíam alguma característica que não faziam parte daquelas que se encontravam entre a maior parte dos membros desse mesmo meio – não pela simples presença de uma diferença, mas pelas consequências desse sujeito na construção coletiva de sobrevivência e reprodução de diferentes agrupamentos sociais, em diferentes momentos históricos. (BUENO, 1997, p.159)

Somente na segunda metade do século XVIII é que começaram a ser criadas as primeiras instituições para deficientes, como em Paris. Elas iniciaram acolhendo pessoas cegas e surdas e utilizavam de internações, e nesses institutos acreditavam na cura dessas deficiências ou amenização dos sintomas. (SILVESTRIN, 2012)

Kramer (2004) comentou, que própria Maria Montessori era constantemente sabotada no curso de Medicina, o que hoje, emprega-se o termo *bullying*. Não lhe era dada muita oportunidade de participação nas aulas, e pior, não lhe era permitido participar das aulas de anatomia prática, pois a moça não deveria ver um corpo nu, na mesma sala, junto com os estudantes do sexo masculino. Montessori contornava o problema tendo que estudar nos cadáveres, depois do horário oficial das aulas.

Conforme estudo de Cesáreo (2007), Maria Montessori pesquisou métodos e técnicas, as desenvolveu e aplicou para “curar o anormal”. Ao constatar que seus desafortunados alunos tinham resultados semelhantes ou melhores do que as crianças das escolas comuns, essa médica-educadora passou a questionar a qualidade do ensino, e assim, buscou ampliar sua proposta pedagógica para aplicá-la também no ensino de crianças ditas normais. Ela percebeu que as crianças consideradas pela sociedade como ineducáveis respondiam com rapidez e entusiasmo aos estímulos para realizar trabalhos domésticos. Em pouco tempo, por meio de observações da prática escolar e de pesquisas acadêmicas Montessori teve experiências com as crianças ditas normais.

3. OS ENCAMINHAMENTOS PARA AS CRIANÇAS DEFICIENTES

Havia a época de Montessori, um médico chamado Jean Marc Gaspard Itard; com quem mais tarde Maria Montessori veio a trabalhar. Itard ficou conhecido como o pai da educação especial por ter elaborado o primeiro programa sistemático de Educação Especial, e por ter realizado uma experiência na recuperação e na tentativa de educação do menino Vitor de Aveyron, “o menino selvagem”. Vitor vivia na selva em meio aos animais, e não falava e apresentava comportamentos semelhantes aos dos animais. (SILVESTRIN, 2012)

Essa experiência foi um marco na história da Educação Especial. Depois disso, foram desenvolvidos vários programas para a inclusão e desenvolvimento dos deficientes. Foram criadas várias instituições e hospitais para atendimento dos deficientes ao redor do mundo, e no Brasil demorou um pouco, vindo a ser implantado a partir do século XIX no então, governo imperial.

Passada essa fase, os especialistas viram que não bastava uma instituição para o tratamento e educabilidade do deficiente, eles notaram que o desenvolvimento e inclusão deveriam acontecer junto, nas escolas normais, e em meio à sociedade. Foi então que países europeus e americanos começaram a integração dos deficientes nas escolas públicas.

Até então, as crianças deficientes eram submetidas aos cuidados médicos nas instituições existentes, em que suas habilidades poderiam ser estudadas e testadas. Buscava-se compensar suas deficiências, desenvolvendo outros conhecimentos e habilidades no deficiente, para que ele pudesse vir a se tornar útil à sociedade, apesar de que a autonomia desses indivíduos era pouco estimulada e isso os tornava dependentes da instituição, fazendo com que a grande maioria residisse o resto de suas vidas nesses institutos. Embora fosse permitido o regime aberto, esse era geralmente utilizado pelos usuários oriundos das famílias abastadas.

Também nesse período, alguns hospitais em Paris e na Inglaterra dentre outros na Europa, se abriram para acolher os deficientes e os indivíduos de condutas desviantes e acabaram se tornando instituições residenciais para essas pessoas como opção intermediária entre não punir, nem abandonar e nem sobrecarregar o governo e a família com sua incômoda presença.

Nesse período, em que a ciência começa a ganhar destaque nas explicações dos fenômenos da natureza e separa-se da superstição religiosa (em que a deficiência era considerada fruto do pecado de algum familiar ou do próprio deficiente), a medicina começa a buscar a cura para a anormalidade. Começam acolhendo crianças cegas e surdas e a seguir com os demais tipos de deficientes e com isso, no confinamento dos hospitais e hospícios, os deficientes e loucos eram estudados pelos médicos, que buscavam a cura ou minimizar os efeitos do mal, e tentavam corrigir esses indivíduos. Essas crianças eram estudadas e testadas em suas habilidades para serem adaptadas à sociedade.

Em 1906, o diretor geral do Instituto Dei Beni Stabili de Roma; o engenheiro Eduardo Tálamo, foi encarregado de organizar algumas escolas infantis nas casas populares do quarteirão de San Lorenzo (local onde residiam famílias pobres e crianças que não tinham acesso à educação), no centro de Roma, com o objetivo de tirar aquelas crianças das ruas, onde criavam desordem e sujavam a localidade. Maria Montessori foi convidada para cuidar da educação das crianças daquele local. Esse novo encargo deu origem em 1907, a primeira “Casa dei Bambini” (Casa das Crianças) para atender filhos de operários.

Conforme Lancillotti (2012), as primeiras instituições voltadas para o atendimento de crianças com deficiência surgiram na segunda metade do século XVIII. Em Paris, em 1760, a escola do Abade Charles M. Epée, voltada ao atendimento da criança surda, que,

posteriormente, foi transformada no Instituto Nacional de Surdos-mudos. A escola para cegos foi instituída por Valentim Haüi, em 1784 e, após a Revolução Francesa, passou a chamar-se Instituto dos Jovens Cegos de Paris.

Em 1832 surgiu em Munique, na Alemanha, uma instituição voltada para o atendimento do deficiente físico. A primeira instituição bem-sucedida, no atendimento de alunos com deficiência mental foi a escola de Abendberg, criada em 1840, por um médico suíço de nome Guggenbühl, alojada em uma montanha no Cantão de Berna (MAZZOTTA, 1996.)

Durante muito tempo as pessoas com necessidades educacionais especiais foram excluídas da sociedade, pois representavam seres incompetentes e que deveriam ser exterminados do convívio social. Nessa época era praticamente impossível conceber a ideia de se inserir uma pessoa com necessidades educacionais especiais em escolas. (BRITO; CAVALCANTE, 2014).

No final do século XIX, emergiu, neste cenário Maria Montessori, uma médica que se tornou educadora e veio contribuir de maneira grandiosa para a evolução da educação ao aprimorar os processos de Itard e Séguin, desenvolvendo um programa de treinamentos para crianças com deficiência intelectual nos internatos de Roma. Montessori, ao verificar o atraso dos métodos de sua época, lembrou-se de aplicar os processos de educação de crianças “anormais” às crianças normais, procedimento esse que atraiu muitas críticas de estudiosos da época. Constatou que a questão primordial na educação de crianças com deficiências mentais estava muito mais no atendimento pedagógico do que clínico.

4 METODOLOGIA MONTESSORIANA

O Método Montessoriano, também denominado Pedagogia Científica, foi desenvolvido no início do século XX, por Maria Montessori, que acreditava que o professor deveria ser capacitado; preparado para aplicar o método; que diferentemente dos outros métodos existentes à época, onde o professor era o centro do aprendizado, um transmissor dos conhecimentos; neste caso, passa então a ser um mediador, um auxiliar e facilitador no processo de ensino aprendizagem.

E sobre a preparação desses educadores, Séguin tem uma concepção verdadeiramente original: parecem conselhos para quem se prepara para representar o papel de sedutor! Para Séguin, o educador deveria ter aspecto físico

atraente e voz agradável e sedutora. Deveria cuidar minuciosamente de sua pessoa, estudando os gestos e modulação da voz, como se fosse um artista dramático preparando-se para entrar em cena, pois deve conquistar almas frágeis e prepará-las para as grandes vicissitudes da vida. (MONTESSORI, 1965, p. 32).

A metodologia montessoriano, segundo Silvestrin (2012) foi construída a partir do estudo da criança deficiente. Tomando por base esse estudo, Montessori ao constatar que seus desafortunados alunos tinham resultados semelhantes ou melhores do que as crianças das escolas comuns, passou a questionar a qualidade do ensino, e assim, buscou ampliar sua proposta pedagógica para aplicá-la também no ensino de crianças ditas “normais”.

O alicerce da pedagogia montessoriano é o respeito ao indivíduo, seu ritmo, suas possibilidades e suas necessidades. Nesta proposta é disponibilizado ao educando diversos materiais pensados de acordo com a necessidade de cada um. Os professores montessorianos se valem de diferentes propostas pedagógicas, possibilitando um atendimento individualizado, não pressupondo uma mesma atividade para toda a turma.

No método montessoriano, o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, não é considerado algo realizado à parte do trabalho realizado com os demais alunos, pois essa metodologia leva em conta que cada aluno é único e possui necessidades diferentes. Assim, a questão da diferença e ritmos de aprendizagem, e a proposta pedagógica visando contemplar as necessidades dos educandos, já fazem parte do método.

Conforme explica Faria (2015), diante da percepção e compreensão das mudanças positivas que ocorrem no sistema cognitivo, por meio da arte, Maria Montessori construiu conteúdos e atividades artísticos que visavam envolver o pensamento dos alunos, capacitando-os nas resoluções de problemas, fomentando a criatividade, o raciocínio, a memória, a abstração e entre outras funções.

Pode-se perceber, diante da valorização da arte como um dos métodos de aprendizagem dos mais respectivos pelos alunos, Montessori apresenta como objetivo principal englobar a arte na sala de aula, fazendo com que o educando compreenda a capacidade de moldar a si mesmo. Desta forma, de acordo com o entendimento de Reily (1986 *apud* Faria, 2015, p.39)

Na aula de artes a criança consegue sentir-se ela mesma, pois pode caminhar para a superação dos limites encontrados e para a superação de novos conhecimentos. Trabalhar artes com crianças com deficiência promove motivação e imaginação, o que contribui para a formação de sujeitos mais sensíveis para reconhecer suas habilidades e talentos.

É importante ressaltar, segundo pontua Faria (2015) existem grupos e pesquisadores que continuam a desenvolver materiais para os alunos com deficiências e pesquisas contínuas

sobre o ensino das artes dentro do campo da inclusão. Assim, a autora desafia os alunos a desenvolver suas habilidades, independente de seus comprometimentos e dentro da proposta pedagógica montessoriana pressupõe-se o mínimo que intervenção do educador, onde o próprio ambiente estruturado irá facilitar ao aluno encontrar a solução e, o papel do educador; que deve ser devidamente treinado na metodologia, deverá atuar como um observador.

Como já mencionado anteriormente, mas reforçando sobre a necessidade do professor ser treinado especificamente no método, pois ao contrário de outros métodos, na metodologia Montessoriana, o professor deixa de ser a figura central e passa a ser um orientador e facilitador da aprendizagem. (GOMES, 2006, apud SILVESTRIN, 2012).

Com a evolução dos estudos na área da psicologia, Maria Montessori descreveu os períodos do desenvolvimento humano, sendo eles: (SILVESTRIN, 2012).

No **1º Período**, do nascimento aos 6 anos, que se subdivide em mente absorvente dos 0 aos 3 anos, onde a criança absorve inconscientemente tudo que está no ambiente; e mente consciente dos 3 aos 6 anos de idade, fase em que a criança age sobre o ambiente para desenvolver-se e construir aprendizagens.

No **2º Período**, chamado de período intermediário, dos 6 aos 12 anos, influenciado por mudanças físicas e psicológicas e desenvolve a consciência moral, busca mais sociabilidade.

No **3º Período**, marcado pela puberdade dos 12 aos 15 anos e a adolescência dos 15 anos 18anos; fase de abruptas transformações, desenvolvimento da consciência crítica e da reflexão, conquista da independência e entrada na vida adulta.

De acordo com Brito e Cavalcante (2014), o sistema educacional desenvolvido por Montessori é representado por seis pilares:

1. Autoeducação: que é a pré-disposição genética para que a criança aprenda. A criança possui naturalmente a vontade de conhecer e entender o mundo à sua volta. O método Montessoriano irá propiciar uma estrutura ambiente agradável de acordo com a necessidade das crianças, com materiais interessantes, facilitando o auto-aprendizado, de acordo com o interesse da criança.

2. Educação Cósmica: em que o educador apresenta o conhecimento à criança de forma organizada (cosmos significa ordem), estimulando sua imaginação e levando à consciência de manutenção e preservação do mundo.

3. Educação como Ciência: entende que o melhor caminho para conhecer e compreender a criança é buscar por meio das observações, teorias e hipóteses, a melhor forma de ensiná-las.

4. Ambiente Preparado: o local em que a criança desenvolve sua autonomia e compreende sua liberdade em escolas e lares montessorianos. O ambiente preparado é construído para a criança, atendendo às suas necessidades biológicas e psicológicas, com mobília de tamanho adequado e materiais estruturados para a livre utilização da criança.

5. Adulto Preparado: profissional que auxilia a criança em seu desenvolvimento; que deve conhecer cientificamente as fases do desenvolvimento da criança, tendo habilidade para observação e utilização das ferramentas educativas, sabendo conduzir a criança em seu desenvolvimento.

6. Criança Equilibrada é aquela que apresenta características inatas e se desenvolvem melhor entre zero e seis anos. Os princípios do Método Montessoriano precisam estar em harmonia, para que o desenvolvimento da criança ocorra de forma completa e equilibrada.

Por meio de estudos sobre o desenvolvimento, Montessori desenvolveu seu método e materiais mais adequados as fases do desenvolvimento e ao aprendizado. A estrutura montessoriana pressupõe que os materiais atendam às necessidades psíquicas da criança, sendo materiais interessantes, atrativos, coloridos, fáceis de serem manuseados, que possibilitem a autocorreção, independência e autonomia. Os materiais são distribuídos em três categorias:

Os materiais de atividades de vida diária – AVDs e tarefas cotidianas como: regar plantas, fazer laço, dar nó, lavar louça, pentear-se, vestir-se entre outros. Os materiais sensoriais planejados para dar às crianças experiências sensoriais; que preparam a criança para a escrita, leitura e matemática. E por fim, materiais para aquisição da cultura, e que têm a base sensorial. Trata-se de sistemas combinados para o ensino do alfabeto, números, escrita, leitura, e aritmética, para a preparação à escrita materiais como: encaixes de ferro, forma de metal, letras de lixa e alfabeto móvel. (BRITO; CAVALCANTE, 2014).

Figura 2.0: Cilindros de madeira



Os cilindros de madeira devem ser encaixados no bloco. Cada um dos cilindros terá seu local adequado; caso seja inserido no local errado, não encaixará, e sendo assim, o próprio aluno encontrará a solução para o problema, sem que interferência do professor.

Figura 3.0: Formas geométricas em madeira



Fonte: <https://larmontessori.com/category/materiais/>

3.CONCLUSÃO

No tocante à discriminação das crianças menos favorecidas, tanto no aspecto educacional, quanto social, tem-se investido para diminuir as desigualdades e consequentemente a discriminação. O cenário apresentado, no período que Maria Montessori viveu, não havia acolhimento aos deficientes e nem aos carentes, ao longo da história este movimento a favor das crianças foi crescendo e sendo alterado, mesmo que se forma lenta, viu-se discussões e a criação de políticas públicas para investimento no atendimento às crianças com deficiências. Hoje, foca-se o *Bullying* tema bastante discutido nas escolas, objetivando reduzir tais ocorrências de desrespeito aos alunos em suas necessidades.

As práticas educacionais na perspectiva montessoriana trouxeram uma relação da aprendizagem com o desenvolvimento das crianças comprometidas, em uma perspectiva que fundamenta os diferentes tipos de aprendizagem, que coloca a criança no centro e que a considera, como ser integral em toda sua plenitude. Buscar exemplos na história e nas pesquisas educacionais, que possam servir de alicerces para avançar nesta temática.

4.REFERÊNCIAS

BRITO, L.; CAVALCANTE, L.M. **Inclusão escolar: uma análise a partir da pedagogia montessoriana. Atlante. Cuadernos de Educación y Desarrollo, abril 2014** Disponível em:<<http://atlante.eumed.net/pedagogia-montessoriana/>> . Acesso em: 23 mar 2018.

BUENO.J.G. A produção social da identidade do anormal. In: Freitas M.C. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, USF, 1997.

CESÁRIO, P. M. **Quem é a professora de crianças menores de 6 anos para Maria Montessori? Uma análise a partir de suas obras educacionais**. São Carlos, 2007.

Disponível em:<<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/viewFile/10/10>>. Acesso em: 26 abril 2018

FARIA, R. S. **Educação, arte e inclusão na perspectiva montessoriana**. Disponível em:<<http://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/viewFile/7299/4963>>. Acesso em: 26 abril 2018.

FEITOZA, S; RAMOS, J. **A educação escolar na Itália**. Disponível em: <<http://educas.com.br/blog/wp-content/uploads/2010/11/A+Educaçã...pdf>>. Acesso em: 26 abril 2018.

KRAMER, R. **Maria Montessori, uma inspiração**. Frankfurt, Alemanha, 2004 Disponível em: <<https://simoneclemens.wordpress.com/2016/04/21/maria-montessori-era-empoderada/>> . Acesso em: 23 mar 2018.

LANCILLOTTI, S.S.P. **Trabalho didático na educação de alunos com deficiência mental - as experiências modelares de Montessori e Descoedres**. In: IX Seminário nacional de estudos e pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Anais *on-line*. 2012. <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.42.pdf> Acesso em 24 jun 2018.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MONTESORI, M. **Pedagogia Científica. A descoberta da criança**. Livraria Editora Flamboyant. São Paulo, 1965.

SILVESTREIN, P. **Método Montessori e inclusão escolar. Articulações possíveis**. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/69876/000875131.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 março 2018.